

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Gabinete Pessoal do Presidente da República
Gabinete Adjunto de Gestão Interna
Diretoria Curatorial dos Palácios Presidenciais

Nota Técnica nº 4/2023/DCPP/GAGI/GPPR

Assunto: **estimativa de danos ao patrimônio histórico-cultural**

Referência: processo 00001.005368/2023-59/documento nº 4340203

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Seguem considerações analíticas para instruir resposta ao requerimento de informações da **CPMI dos Atos Antidemocráticos** quanto a uma *“estimativa de danos ao patrimônio histórico-cultural das sedes vandalizadas”*, desde as competências técnicas desta Diretoria Curatorial dos Palácios Presidenciais (DCPP), instituída pelo Decreto nº 11.400/2023.
2. Considerando que a estimativa de danos não implica necessariamente, nem tão somente, na precificação dos mesmos, as referências aqui elaboradas pautam reflexões quanto a diretrizes que pautam instâncias de responsabilização daqueles que cometem atos de violência patrimonial não apenas nas avarias materiais, mas principalmente, nas consequências no âmbito do simbólico.
3. Inicialmente, destaca-se que o **Palácio do Planalto** integra o conjunto das obras tombadas pelo IPHAN (processo 1550-T-2007) em decorrência das ações comemorativas do centenário de Oscar Niemeyer (1907-2012), iniciadas, com caráter de urgência, pelo Ministério da Cultura em 2007. Deste modo, o **Palácio do Planalto** inscreve sua característica de patrimônio histórico-cultural conforme especificado pelo Decreto-Lei nº 25/1937 no Livro do Tombo Histórico. Outrossim, tem por jurisprudência os marcos legais referentes às Leis de Preservação do Patrimônio Cultural (Constituição Federal de 1988 em seus Artigos 215 e 216; Lei nº 4.717/1965, ampliada pela Lei nº 14.230/2021). Esta indicação consolida o entendimento que a edificação do **Palácio do Planalto**, em toda a sua estrutura arquitetônica, composta por ambientes internos e externos, configura uma obra-de-arte-total, em seus próprios termos.
4. Extensivo ao mesmo processo de tombamento do **Palácio do Planalto**, também integra os autos a **Praça dos Três Poderes** que, de acordo com o artigo 6º da Lei Distrital nº 47/1989 é chancelada em decorrência *“(d)os bens tombados pela União, localizados do Distrito Federal, ser(em)ão inscritos ex officio nos Livros de Tombo definidos no artigo 8º desta Lei”*. Assim, a extensão de danos patrimoniais desde a edificação do **Palácio do Planalto** até a **Praça dos Três Poderes**, considerando a integração de ambas estruturas arquitetônicas ao planejamento urbanístico da cidade de Brasília, enquanto dispositivo aurático de paisagem, deve ser levada em consideração na valoração integral dos danos e avarias cometidos.
5. Não obstante o **Palácio do Planalto**, em sua estrutura arquitetônica ser uma obra-de-arte-total, não é atribuição desta DCPP zelar pela manutenção predial, sendo esta competência da Diretoria de Engenharia e Patrimônio (DIENP/SA/SE/CC/PR).
6. Em se tratando da violência patrimonial cometida contra os bens móveis (obras artísticas e mobiliário) do acervo da Presidência da República, segundo documento ([4345676](#)) cita-se que: *“em um primeiro momento foi feita avaliação geral dos danos para dar início à elaboração de estratégia para recuperação dos bens. Nos dias 9 e 11 de janeiro uma equipe técnica do Iphan realizou visita ao Palácio do Planalto, na qual foram analisados os danos à edificação, bens integrados à sua arquitetura, e aos bens móveis do acervo do palácio. Em ocasião desta visita foram feitos exames visuais a partir dos quais*

produziu-se os seguintes laudos de conservação, solicitados pela Coordenação de Preservação de Bens Históricos e Artísticos da Presidência da República (extinta COPRE/CGPAT/DIENP/SA/SE/CC/PR)". Em decorrência desta visita técnica da Superintendência do Iphan no Distrito Federal foram realizados laudos do estado de conservação de 13 itens do acervo.

7. A continuidade dos procedimentos de averiguação da extensão dos danos, possibilitou novo levantamento, até às 18 horas, do dia 18 de janeiro, de um total de 24 bens móveis com valor histórico e artístico danificados gerando subsequente listagem ([4345682](#)).

8. Este novo levantamento permitiu elaborar um relatório fotográfico dos danos ([4345804](#)), bem como orçar ([4345704](#)) as possibilidades de prestação de serviços de restauro. Foram solicitados planos de metodologia de trabalho, a partir dos laudos do estado de conservação, a quatro prestadores deste tipo de serviço em Brasília, na intenção de reduzir os possíveis custos com a transportadora, em termos de distância a ser percorrida no deslocamento das mesmas até os possíveis ambientes de trabalho.

9. Esta redução de custo, neste momento, seria operacional tão somente com relação à logística que envolve a quilometragem/meio de transporte a ser utilizado. O mesmo não é extensivo ao valor do acondicionamento para o transporte, nem ao valor do seguro. O cálculo das especificidades do acondicionamento dependem da delicadeza da embalagem necessária. Já o valor do seguro da obra, para efeitos de transporte da mesma, deve ser calculado em duas etapas: em um primeiro momento, o mercado de seguros calcula o valor do seguro a partir de uma taxa entre 0,5% e 2% do valor da obra; para em seguida, especificar novo seguro em 10% do valor da obra para o seu transporte. Este cálculo deve ser feito individualmente para cada item do acervo a ser deslocado para restauro. Em termos dos valores praticados pelo mercado, um perito cobra 2,5% do valor dos bens avaliados por esta prestação de serviço.

10. Considerando a relação entre estes custos específicos (valoração da obra por um perito + acondicionamento + seguro da obra + seguro de transporte da obra + contratação de serviço de restauro) e a durabilidade de um investimento a longo prazo, dada a importância de um espaço especializado para os cuidados técnicos de conservação preventiva a itens do acervo da Presidência da República, esta DCPD recomendou, às instâncias superiores, que um Laboratório de Restauro e Conservação fosse instalado nas dependências da Presidência da República.

ANÁLISE

11. Os orçamentos apresentados ([4345704](#)) e não licitados ainda, tipificam apenas o trabalho de restauro a ser executado, demonstrando divergências e disparidades: a) nos **valores dos serviços**, variando entre o maior valor de R\$ 248.466,00 e o menor valor de R\$ 98.000,00; b) na **precificação do serviço** de cada item, seja unitário ou por valor total; c) na **quantidade de itens** a serem restaurados, em função da competência técnica particular a cada um destes profissionais (desde 8 itens no orçamento mais abrangente até 5 itens no orçamento mais conciso).

12. Considerando os custos envolvidos com o restauro destes itens danificados, compreende-se que esta prestação de serviço não configura gasto para o erário público, mas investimento em patrimônio histórico-artístico nacional. A reparação desta forma, implica algo além de uma política de conservação, mas também uma prática de memória. Ainda, considerando o princípio da economicidade a ser observado pela Administração Pública, buscou-se atender aos danos de vidraçaria (itens 18, 21 e 22 indicados no documento n. [4345682](#)) a partir de ordem de serviço (OS) à DIENP, cabendo à mesma especificar os valores. Quanto aos danos acometidos aos mobiliários históricos (itens 17, 19, 20 e 24, *ibidem*), estes, a princípio, poderiam receber a devida atenção de restauro do setor de marcenaria, também sob os cuidados da DIENP, sendo que este último pedido não foi tramitado enquanto OS em respeito a outras prioridades do setor.

13. Os danos acometidos ao mobiliário Marquesa de autoria de Oscar Niemeyer (item 23, *ibidem*), devido às características técnicas da palhinha (revestimento vazado em trama de palha indiana), apresentam especificidades na prestação de serviço de restauro. Situação essa que pode ser atendida pelo Acordo de Cooperação Técnica junto à Oficina-Escola de Restauro de Mobiliário Moderno do Instituto Federal de Brasília, Campus Samambaia -ou- pela técnica-especialista contratada pela marcenaria, formada nesta supracitada capacitação, também sob os cuidados da DIENP.

14. A situação mais delicada envolve os danos acometidos ao Relógio de Balthazar Martinot (item 15, *ibidem*), em função das especificidades na prestação de serviço de restauro. Considerando a ausência de conhecimento técnico nacional, o aceite da cooperação internacional oferecida pela Embaixada da Suíça está sendo negociado.

CONCLUSÃO

15. Danos à edificação do **Palácio do Planalto** e à **Praça dos Três Poderes** como espaço extensivo e integrado a esta, não são de responsabilidade desta DCP, mas sim da DIENP e do Governo do Distrito Federal, respectivamente.

16. O que poderia ser questionado como uma aparente subjetividade desta Nota Técnica, pela eminente falta de uma tabela que precifica em termos de valores monetários os danos aos bens móveis (obras artísticas e mobiliário) do acervo da Presidência da República reflete a delicadeza da situação ainda em curso. No entanto, isto não significa que algo aparentemente subjetivo não tenha critérios. A título de exemplo, em reunião realizada em ambiente virtual com agentes da Polícia Federal em 5 de abril, apresentou-se a esta DCP um formulário elaborado em parceria com o Centro de Conservação e Restauro de Bens Culturais (CECOR/EBA/UFGM) que tipificou doze (12) critérios para fins de valoração de obras artísticas para fins criminais, quais sejam: a) autoria; b) valor estético/artístico; c) valor de coleção/série; d) unicidade/raridade; e) autenticidade/certificação; f) antiguidade; g) valor histórico; h) valor cultural e sociopolítico; i) valor científico/tecnológico; j) valor educacional; k) abrangência; e l) integridade. Foram preenchidas, por esta DCP, 16 fichas diagnósticas de bens danificados nas ações de 8 de janeiro, seguindo os critérios da Polícia Federal. Outros critérios podem ser elaborados a qualquer momento, em função das especificidades de demanda.

17. Recomenda-se que, para uma *estimativa dos danos ao patrimônio histórico-cultural desta sede* da Presidência da República, além da precificação isolada de um ação de restauro, seja levado em consideração um somatório extensivo de custos para o cálculo dos danos. Sabe-se que, de maneira geral, para qualquer cálculo do custo total opera-se a soma dos custos diretos + custos indiretos + custos fixos + custos variáveis. Não é possível proceder com estes cálculos neste momento já que ainda não foi iniciado o processo licitatório para a prestação de serviços de restauro.

18. Esta Nota Técnica reforça que esta solicitação para uma *estimativa de danos* respaldada o acionamento de um mecanismo de inferência para além do valor estrito das obras danificadas ou do custo para o seu restauro. Não apenas porque questões relativas ao simbólico são sensíveis a divergências de entendimento, mas também porque o valor estrito de obras artísticas é uma categoria fluida. Bens móveis podem depreciar ou não, podem valorizar ou não, conforme determinações individuais do Mercado de Arte, já que paradoxalmente, ambas situações são possíveis. Por um lado, acontece de colecionadores e outros agentes do Sistema da Arte desprestigiarem obras artísticas que foram vandalizadas e/ou sujeitas a procedimentos de restauro. Por outro, o lastro simbólico conferido por uma narrativa institucional, que atribui contornos a um acontecimento de violência patrimonial, pode conferir uma valoração ao bem móvel em função do valor agregado de trabalho acrescido, seja pelo próprio procedimento de restauro, seja pela importância do artefato cultural em termos de seu valor simbólico. Quanto ao custo do restauro, o valor depende não do menor preço praticado, mas sim da qualidade do serviço prestado e das competências técnicas do profissional. O trabalho de restauro mal sucedido tem efeitos deletérios e duradouros, muitas vezes irreversíveis.

19. Por último, para uma efetiva estimativa dos danos causados à sede da Presidência da República, aqui tipificada como a edificação do **Palácio do Planalto** e seu **acervo de bens móveis**, recomenda-se que também sejam pautados: os custos com novos reforços a aparatos de segurança e a perpetuação de discursos pautados no medo da violência; o investimento em educação patrimonial para a salvaguarda da memória nacional e da reparação histórica dos prejuízos cometidos por ideologias autoritárias. Ou ainda: as despesas decorrentes da instauração de uma CPMI para a investigação e consequente encaminhamento das medidas a serem tomadas pelas instâncias competentes; bem como, os gastos do Sistema Penal e Jurídico para a operacionalização da tipificação criminal e responsabilização cível dos infratores.

À consideração superior.

Brasília, 21 de junho de 2023.

LUISA GÜNTHER
Coordenadora-Geral Técnica

De acordo. Encaminha-se o presente processo ao GAGI/GPPR/PR para que sejam tomadas as devidas providências.

Brasília, 21 de junho de 2023.

ROGÉRIO CARVALHO
Diretor Curador dos Palácios Presidenciais



Documento assinado eletronicamente por **Luísa de Araújo Günther, Coordenador(a)-Geral**, em 21/06/2023, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Tadeu de Salles Carvalho, Diretor(a)**, em 21/06/2023, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4345807** e o código CRC **388D9A83** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 00001.005368/2023-59

SUPER nº 4345807

Criado por [luisa.gunther](#), versão 6 por [luisa.gunther](#) em 21/06/2023 15:26:34.